

## CARGO

### ANALISTA LEGISLATIVO – ENFERMAGEM

#### 1ª QUESTÃO DISCURSIVA

Considere a seguinte situação hipotética:

Foi demandada a realização de processo licitatório para aquisição de medicamentos e insumos para o Serviço Médico de Emergência do Senado Federal. Uma das etapas desse processo foi a elaboração do Termo de Referência pelo enfermeiro responsável técnico.

Nesse caso, de acordo com as disposições legais e recomendações do Tribunal de Contas da União, discorra sobre esse processo licitatório e a elaboração do Termo de Referência, fazendo os apontamentos pertinentes e abordando os seguintes aspectos:

1. Modalidade de licitação exigida para essa aquisição e a razão para sua exigência.
2. 3 etapas da fase interna e 3 etapas da fase externa relacionadas à modalidade de licitação aplicável.
3. Adjudicação exigida para essa aquisição e o motivo de sua exigência.
4. Conceito/Definição de Termo de Referência e sua importância nesse processo.
5. Estruturação e composição do Termo de Referência (abordar 5 itens que fazem parte da composição obrigatória).

#### GABARITO

A questão vale 40 pontos

- Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse (DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019).

- De acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União, os medicamentos se enquadram na descrição de bens comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado. Sendo assim, por ser um bem comum, na aquisição de medicamentos ou no respectivo registro de preços, o uso da modalidade Pregão na forma eletrônica é obrigatório, nos termos do art. 4º, § 1º, do Decreto 5.450/2005.

- Fase interna do Pregão:

- Requisição do objeto;
- Justificativa da contratação;
- Abertura do processo administrativo;
- Definição do Objeto – Elaboração do Termo de Referência/ Projeto Básico;
- Definição da modalidade e tipo de licitação;
- Previsão/indicação de recursos orçamentários;
- Pesquisa de mercado;
- Elaboração do edital;
- Designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- Parecer jurídico;
- Assinatura do edital; e
- Envio para publicação.

- Fase externa do Pregão eletrônico:

- Convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital.
- Recebimento das propostas: impugnação e esclarecimentos do edital.
- Análise das propostas.
- Fase de lances.
- Aceitação das propostas.
- Verificação da habilitação ou inabilitação dos licitantes.
- Manifestação da intenção de recurso.
- Juízo de admissibilidade.
- Fase recursal.
- Adjudicação do objeto ao licitante vencedor.
- Homologação do processo.
- Contratação.

- É obrigatória a admissão da adjudicação por item e, não, por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não

dispondo de capacidade para a execução, o fornecimento ou a aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação se adequar a essa divisibilidade. De acordo com orientações do Tribunal de Contas da União, os medicamentos se enquadram nessa definição.

- O Termo de Referência/Projeto Básico é o documento que deverá conter os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela Administração, com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o serviço a ser contratado e orientar a execução e a fiscalização contratual (IN 02/2008 – MPMGO). É o documento em que o requisitante esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e os demais elementos necessários à sua perfeita contratação e execução. De acordo com o TCU, o termo de referência ou o projeto básico é o documento elaborado a partir de estudos preliminares e deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada para caracterizar o objeto da licitação.

- De acordo com o Decreto 10.024/2019, termo de referência é o documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;
2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e
3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;

b) o critério de aceitação do objeto;

c) os deveres do contratado e do contratante;

d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;

f) o prazo para execução do contrato; e

g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

## CARGO

### ANALISTA LEGISLATIVO – ENFERMAGEM

#### 2ª QUESTÃO DISCURSIVA

Considere a seguinte situação hipotética:

Paciente do sexo masculino, 60 anos, tabagista há mais de 25 anos, hipertenso, com quadro de enfisema pulmonar. Apresenta dispneia ao menor esforço, tosse produtiva, sonolência, fadiga e cianose. PA: 110 x 70 mmHg; FC: 105 bpm; FR: 28 irpm; SpO<sub>2</sub>: 86% em ar ambiente; Tax: 37°C e IMC: 18,4 kg/m<sup>2</sup>. Gasometria: pH 7,29; PaCO<sub>2</sub> 49 mmHg; HCO<sub>3</sub><sup>-</sup> 28.

1. Identifique os principais achados na palpação, percussão e ausculta característicos de um quadro de enfisema pulmonar.
2. Apresente o que a gasometria indica e por que isso acontece.
3. Apresente o que o IMC indica.
4. Indique quatro possíveis diagnósticos de Enfermagem na assistência a esse paciente.
5. Indique quatro ações/intervenções de Enfermagem na assistência a esse paciente.

#### GABARITO

A questão vale 40 pontos

- Enfisema é um termo patológico que descreve uma distensão anormal dos espaços aéreos, além dos bronquíolos terminais, com a destruição das paredes dos alvéolos. Geralmente o paciente apresenta tórax em barril e expansão pulmonar diminuída.

- Caracteriza-se pelos seguintes achados no exame físico torácico:

- Palpação: expansibilidade e frêmito toracovocal (FTV) diminuídos;
- Percussão: timpanismo (hiperressonante);
- Ausculta: murmúrio vesicular (MV) diminuído com prolongamento da expiração

- A Gasometria indica um quadro de acidose respiratória aguda, resultante de uma ventilação reduzida dos alvéolos pulmonares, levando a uma diminuição do pH (< 7,35) e alta concentração de dióxido de carbono - hipercapnia (PaCO<sub>2</sub> > 45 mmHg).

- O IMC apresentado indica que o paciente está abaixo do peso;

- Possíveis diagnósticos de enfermagem na assistência a esse paciente:

- Padrão respiratório ineficaz;
- Perfusão tissular cardiopulmonar ineficaz
- Troca de gases prejudicada;
- Ventilação espontânea prejudicada;
- Nutrição desequilibrada;
- Risco de infecção;

- Possíveis ações/intervenções de Enfermagem:

- Monitoramento dos sinais vitais;
- Monitoramento do estado hemodinâmico;
- Administração de medicamentos;
- Administração de O<sub>2</sub>;
- Promoção do conforto;
- Exame físico;
- Detecção de sinais e sintomas de agravamento;
- Avaliação do estado geral do paciente.